

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Mineral Crisotila

Em 2014, a SAMA, vendeu 275,2 mil toneladas de mineral crisotila, uma redução de 6,69% em relação ao ano anterior. As vendas no mercado interno atingiram 150,7 mil toneladas, representando uma redução de 8,46% na comparação entre os anos de 2014 e 2013, exportações tiveram um volume de 124,6 mil toneladas, apresentando um recuo de 4,45% na comparação com o ano anterior em função, da redução do mercado da Índia. No final de 2014, a SAMA possuía 15% do mercado mundial de minério crisotila.

As exportações são destinadas em sua maior parte aos seguintes países: Índia, Indonésia, Colômbia, México, Malásia, Tailândia, Equador, Bolívia, Zimbábue, Vietnã, Estados Unidos, Sri-Lanka, El Salvador, Filipinas, Peru e Canadá.

Na área de Recursos Humanos, deu-se continuidade ao programa de benefícios aos colaboradores da sociedade, concedendo a cesta básica, assistência médica, odontológica, incentivos permanentes à prevenção de acidentes e saúde ocupacional. Ocorrem, ainda com grande intensidade, atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal.

A transparência e equidade são dois dos principais alicerces de sustentabilidade dos negócios da SAMA. Nesse sentido, a Companhia mantém um programa Portas Abertas (que já recebeu mais de 15 mil visitantes em dez anos de existência), é signatária do Pacto Global da ONU, possui as certificações ISO 9.001 de gestão de qualidade, ISO 14.001 de gestão ambiental e OHSAS 18.001 de gestão de saúde e segurança ocupacional, PSQ-USC - Programa Setorial de Qualidade do Uso seguro do Crisotila.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
Receita Líquida

A SAMA registrou receita líquida de vendas de R\$ 407,7 milhões em 2014, um aumento de 5,82% em relação a 2013. No mercado interno, a receita líquida apresentou uma redução de 2,25% em relação a 2013 e totalizou R\$ 233,0 milhões. A redução da receita líquida no mercado interno é decorrente da diminuição das vendas. A receita líquida proveniente de exportações somou R\$ 174,7 milhões, um aumento de 18,92% em relação a 2013, este crescimento foi devido a valorização da moeda externa.

Lucro Líquido

A SAMA registrou um lucro líquido de R\$ 71.020 milhões em 2014, um aumento de 1,79% em relação a 2013, principalmente pelos fatores comentados acima.

Do lucro líquido do exercício, R\$ 820 mil foi destinado para Retenção de Lucros e R\$ 70,2 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

Investimentos

Os investimentos somaram R\$ 11,9 milhões em 2014, uma redução de 27,6% em relação ao ano anterior, investimentos estes realizados com recurso próprio, tendo sido priorizado os recursos para a manutenção da operação atual, antipoluição, higiene, segurança e meio ambiente e aumento da produtividade da planta industrial. Os principais investimentos foram para relocação da tubulação de água potável, equipamentos de mineração e controle de poluição.

O Resultado do exercício constante das Demonstrações Financeiras decorreu dos esforços contínuos de redução de custos, através de aperfeiçoamento dos métodos de gestão interna da sociedade e alinhamento das estratégias de preço e mix para atender os mercados interno e externo.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Prêmios

A Companhia conquistou diversos prêmios em 2014, estes confirmam a posição de destaque da mineradora no mercado nacional e internacional.

Confira abaixo a relação dos prêmios conquistados pela SAMA em 2014:

Instituto Great Place To Work

 - *As 100 Melhores Empresas para Trabalhar na América Latina 2014 - 6º Lugar*
 Categoria: As 25 melhores empresas, acima de 500 a 1.000 funcionários

Instituto Great Place To Work e Jornal O Popular

 - *Melhores Empresas para Trabalhar no Centro Oeste - 1º Lugar*
Consultoria Great Place To Work e Revista Época

 - *Melhores Empresas para Trabalhar - 3º Lugar*
 Categoria: Médias Nacionais (de 100 a 999 funcionários)
 Destaque: O cuidar

Revista Você S/A

 - *As Melhores Empresas para Você Trabalhar - 1º Lugar*

 Categoria: Melhor empresa no setor indústrias diversas
 Desenvolvimento

Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH

 - *Prêmio Ser Humano Goiás 2014*

1º Lugar Modalidade: Melhores Práticas em Sustentabilidade e Responsabilidade Social e Melhores Práticas em Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho com o Programa Equilibre-se.

2º Lugar Modalidade: Melhores Práticas em Desenvolvimento de Talentos com o Programa CaSa - Carreira SAMA.

Revista Gestão de RH

A premiação reconhece as boas práticas no desenvolvimento de ambientes de trabalho psicologicamente saudáveis, voltados para o equilíbrio dos colaboradores.

RHs Mais Admirados do Ano - 2014

O gerente de recursos humanos da SAMA, Moacyr de Melo Júnior, foi premiado por estar entre os RHs mais Admirados do Brasil em 2014.

Revista Minérios e Minerale

A participação da SAMA deve-se aos padrões em segurança na mineração de amianto crisotila.

Top of Mind de RH - 2014

 - *Melhor empresa de Gestão Ambiental e Sustentabilidade.*
13º Prêmio CREA Goiás de Meio Ambiente - 2014

O prêmio é resultado do projeto de "Recuperação Ambiental das Pilhas de Disposição de Estéril e Rejeito na Mina de Cana Brava".

Visitas

A SAMA possui o "Programa Portas Abertas" que visa atender às solicitações para conhecer de perto o processo produtivo da mineradora.

Em 2014 de julho a novembro a SAMA recebeu 1.187 pessoas que conheceram a extração e o beneficiamento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da SAMA em 2014; e confiamos no comprometimento e dedicação constante como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

Minaçu, 31 de março de 2015.

A Diretoria
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.127	38	3.128	39	Fornecedores	13	13.386	11.312	13.386	11.312
Aplicações financeiras	5	5.228	8.457	6.503	10.910	Empréstimos e financiamentos	14	63.281	44.907	63.281	44.907
Contas a receber	6	89.416	74.237	89.416	74.237	Provisões e encargos sociais	15	12.867	11.867	12.867	11.867
Estoques	7	56.721	35.601	56.721	35.601	Partes relacionadas	10.a	20.294	8.735	20.294	8.735
Impostos a recuperar	8	826	836	885	885	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	1.166	1.687	1.166	1.687
Partes relacionadas	10.a	8.510	8.006	8.510	8.006	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	14.667	18.642	14.668	18.644
Outros ativos circulantes		1.066	1.175	1.068	1.178	Outros passivos circulantes		3.086	3.503	3.086	3.503
Total do ativo circulante		164.894	128.350	166.231	130.856	Total do passivo circulante		128.747	100.653	128.748	100.655
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais		3.894	4.249	3.895	4.251	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	13.924	10.818	13.924	10.818
Impostos a recuperar	8	724	1.281	724	1.281	Empréstimos e financiamentos	14	3.398	8.311	3.398	8.311
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b	16.486	17.316	16.486	17.318	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	29.119	26.538	29.119	26.538
Partes relacionadas	10.a	31.763	29.108	31.763	29.108	Provisão para remonte da mina	28	10.718	9.726	10.718	9.726
Investimentos	9	1.591	2.767	-	-	Outros passivos não circulantes		-	-	2	1
Imobilizado	11	59.292	66.717	59.306	66.739	Total do passivo não circulante		57.159	55.393	57.161	55.394
Intangível	12	1.692	1.862	1.700	1.874	Patrimônio líquido					
Outros ativos não circulantes		599	701	833	934	Capital social	18.a	65.100	65.100	65.100	65.100
Total do ativo não circulante		116.041	124.001	114.707	121.505	Reserva de capital		34	343	34	350
						Reservas de lucros		31.348	30.434	31.348	30.434
						Outros resultados abrangentes		(1.453)	428	(1.453)	428
						Total do patrimônio líquido		95.029	96.305	95.029	96.312
TOTAL DO ATIVO		280.935	252.351	280.938	252.361	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		280.935	252.351	280.938	252.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

A Companhia está capacitada com tecnologias que permitem a polivalência na extração e no beneficiamento do minério crisotila, o qual é comercializado para os mercados interno e externo.

Eventos Operacionais Relevantes

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proíbe a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais Leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propôs a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurelio - votou pela inconstitucionalidade das leis -, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pela Administração da Companhia em 31 de março de 2015.

2. Base para Preparação e Políticas Contábeis Significativas

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controlada, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Bases de consolidação e investimento em controlada

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício da empresa controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre a empresa controlada foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a controladora e a empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

2.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia em uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente na data da transação.

2.5. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração da Companhia, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Outros passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

Em 31 de dezembro 2014, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

3. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incertezas nas Estimativas

Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

3.1. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.2. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração da Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

3.3. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.4. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	3.127	38	3.128	39

5. Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos	5.228	8.457	6.503	10.910

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remunerados pelas taxas médias de 102% da variação do CDI (103% em 31 de dezembro de 2014). Representam aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade da Companhia.

6. Contas a Receber

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber de clientes	16.612	20.163
Contas a receber de cliente exterior	73.753	55.521
	90.365	75.684
(-) Ajuste a valor presente	(330)	(828)
	90.035	74.856
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(619)	(619)
Total	89.416	74.237

As despesas com a provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber são contabilizados no grupo de "despesas com vendas".

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

Composição do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	82.440	64.688
Valores vencidos:		
Até 30 dias	5.240	7.134
Entre 30 e 60 dias	1.078	1.187
Acima de 60 dias	658	1.228
Total	89.416	74.237

Movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(619)	(1.657)
Reversão	-	12
Baixa	-	1.026
Total	(619)	(619)

7. Estoques
Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Produtos acabados	41.181	20.341
Produtos semi-acabados	2.444	2.116
Materiais auxiliares	13.286	13.334
(-) Provisão para perdas (*)	(190)	(190)
Total	56.721	35.601

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

Não houve movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram consumidos o equivalente a R\$ 30.817 (R\$ 27.225 em 31 de dezembro de 2013) em matérias-primas registrado como custo na Controladora e Consolidada.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existem garantias em aberto com partes relacionadas, e não existem provisões para redução de saldo de contas a receber de partes relacionadas.

	Contas a receber		Outras contas a receber		Mútuo ativo		Dividendos		Outras contas a pagar	
	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante					
Eternit S.A. (i) (ii), (iii) e (iv)	7.544	7.128	29	26	31.763	29.108	19.974	8.735	311	169
Precon (i) e (iv)	937	852	-	-	-	-	-	-	-	12
Prel (iv)	-	-	-	-	-	-	-	-	9	8
Total	8.481	7.980	29	26	31.763	29.108	19.974	8.735	320	189

- (i) Os saldos a receber referem-se a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila), sendo essas transações usuais e constantes no decorrer dos anos, motivo pelo qual os referidos saldos estão classificados em contas do ativo circulante.
- (ii) Os recursos concedidos para sua controladora Eternit S.A., classificados no ativo não circulante, referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem a variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses, sendo os recursos destinados para fazer face aos investimentos no ativo imobilizado de sua controladora.
- (iii) Dividendos e juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda retido na fonte a pagar para a controladora.
- (iv) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento pré-determinado.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Salários, honorários e benefícios	941	892
Participação nos lucros - PLRE	902	1.348
Total	1.843	2.240

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo concede bônus complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar será proporcional ao valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando do desligamento/aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

Esse plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações de acordo com o CPC 10 R1 - Pagamento baseado em ações; uma vez que, o executivo não recebe ações diretamente da Companhia; e sim, recebe o montante equivalente a 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

8. Impostos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	813	811	813	811
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	13	25	72	74
Total	826	836	885	885
Ativo não circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	724	1.281	724	1.281

9. Investimentos

A movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Total
Em 01 de janeiro de 2013	2.654
Equivalência patrimonial	113
Em 31 de dezembro de 2013	2.767
Equivalência patrimonial	93
Recebimento dividendos exercícios anteriores	(1.269)
Em 31 de dezembro de 2014	1.591

Demonstramos abaixo os saldos da empresa controlada Engedis:

	2014	2013
Ativo	1.594	2.772
Passivo	2	3
Patrimônio líquido	1.592	2.769
Lucro líquido do exercício	93	113

10. Partes Relacionadas
a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Vendas		Despesas		Outras receitas	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Precon	12.708	10.631	-	-	-	-
Eternit	78.335	70.264	-	-	-	-
Descontos concedidos - Eternit	30	-	-	-	-	-
Despesas administrativas - Prel	-	-	133	122	-	-
Juros sobre mútuo - Eternit	-	-	-	-	3.124	2.183
JCP - Eternit	-	-	4.509	4.492	-	-

As transações de vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes.

11. Imobilizado
Política contábil
Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Custo	Controladora											Total	
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais		Imobilizações em andamento
Saldo em 01/01/2013	560	14.236	38.523	24.610	123.698	16.281	4.278	6.580	2.415	5.779	13.387	1.355	251.702
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.801	15.801
Baixas	-	-	(398)	-	(52)	(55)	-	(470)	(81)	-	-	-	(1.056)
Transferências	-	-	2.516	2.960	5.432	461	259	842	256	-	-	(12.726)	-
Saldo em 31/12/2013	560	14.236	40.641	27.570	129.078	16.687	4.537	6.951	2.590	5.779	13.387	4.430	266.446
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.452	11.452
Baixas	-	-	(319)	(7)	-	-	(2.763)	(33)	(78)	-	-	-	(3.200)
Transferências	-	607	2.215	2.495	8.360	457	-	619	335	-	-	(15.088)	-
Saldo em 31/12/2014	560	14.843	42.537	30.058	137.438	17.144	1.774	7.537	2.847	5.779	13.387	794	274.698
Taxas médias de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-

continua...

	Controladora												
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Depreciação e exaustão													
Saldo em 01/01/2013	-	(10.840)	(34.658)	(15.034)	(103.677)	(6.031)	(3.856)	(3.659)	(2.003)	(825)	(2.879)	-	(183.462)
Adições	-	(64)	(1.340)	(4.028)	(4.969)	(4.877)	(185)	(493)	(174)	(495)	(696)	-	(17.321)
Baixas	-	-	398	-	52	54	-	469	81	-	-	-	1.054
Saldo em 31/12/2013	-	(10.904)	(35.600)	(19.062)	(108.594)	(10.854)	(4.041)	(3.683)	(2.096)	(1.320)	(3.575)	-	(199.729)
Adições	-	(83)	(1.644)	(4.491)	(5.765)	(4.742)	(181)	(546)	(193)	(231)	(696)	-	(18.572)
Baixas	-	-	159	7	-	-	2.617	33	78	-	-	-	2.894
Saldo em 31/12/2014	-	(10.987)	(37.084)	(23.546)	(114.359)	(15.596)	(1.605)	(4.196)	(2.211)	(1.551)	(4.271)	-	(215.406)
Valor residual													
Em 01/01/2013	560	3.396	3.865	9.576	20.021	10.250	422	2.921	412	4.953	10.508	1.355	68.239
Em 31/12/2013	560	3.332	5.041	8.508	20.484	5.833	496	3.268	494	4.459	9.812	4.430	66.717
Em 31/12/2014	560	3.856	5.453	6.512	23.079	1.548	169	3.341	636	4.228	9.116	794	59.292

	Consolidado												
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Custo													
Saldo em 01/01/2013	571	14.348	38.525	24.610	123.859	16.281	4.278	6.580	2.415	5.779	13.387	1.355	251.988
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.801	15.801
Baixas	-	-	(398)	-	(52)	(55)	-	(470)	(81)	-	-	-	(1.056)
Transferências	-	10	2.506	2.960	5.432	461	259	842	256	-	-	(12.726)	-
Saldo em 31/12/2013	571	14.358	40.633	27.570	129.239	16.687	4.537	6.952	2.590	5.779	13.387	4.430	266.733
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.452	11.452
Baixas	-	(10)	(310)	(7)	-	-	(2.763)	(33)	(78)	-	-	-	(3.202)
Transferências	-	607	2.215	2.495	8.360	457	-	619	335	-	-	(15.088)	-
Saldo em 31/12/2014	571	14.955	42.538	30.058	137.599	17.144	1.774	7.538	2.847	5.779	13.387	794	274.983
Taxa média de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação													
Saldo em 01/01/2013	-	(10.943)	(34.658)	(15.034)	(103.838)	(6.031)	(3.856)	(3.659)	(2.003)	(825)	(2.879)	-	(183.726)
Adições	-	(64)	(1.340)	(4.028)	(4.969)	(4.877)	(185)	(493)	(174)	(495)	(696)	-	(17.321)
Baixas	-	-	398	-	51	54	-	469	81	-	-	-	1.053
Saldo em 31/12/2013	-	(11.007)	(35.600)	(19.062)	(108.756)	(10.854)	(4.041)	(3.683)	(2.096)	(1.320)	(3.575)	-	(199.994)
Adições	-	(95)	(1.644)	(4.491)	(5.765)	(4.742)	(181)	(546)	(193)	(231)	(696)	-	(18.577)
Baixas	-	7	159	7	-	-	2.617	33	78	-	-	-	2.894
Saldo em 31/12/2014	-	(11.095)	(37.085)	(23.546)	(114.521)	(15.596)	(1.605)	(4.196)	(2.211)	(1.551)	(4.271)	-	(215.677)
Valor residual													
Em 01/01/2013	571	3.405	3.867	9.576	20.021	10.250	422	2.921	412	4.954	10.508	1.355	68.262
Em 31/12/2013	571	3.351	5.033	8.508	20.483	5.833	496	3.269	494	4.459	9.812	4.430	66.739
Em 31/12/2014	571	3.860	5.453	6.512	23.078	1.548	169	3.341	636	4.228	9.116	794	59.306

Em razão de processos judiciais, a Companhia ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor residual de R\$ 1.172 (R\$ 1.272 em 31 de dezembro de 2013).

12. Intangível

Política contábil

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

	Softwares	Intangível em andamento	Total
Controladora			
Custo			
Saldos em 01 de janeiro de 2013	4.339	-	4.339
Adições	-	708	708
Transferências	708	(708)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.047	-	5.047
Adições	-	495	495
Transferências	495	(495)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.542	-	5.542
Vida útil (em anos)	5	-	-
Amortização			
Saldos em 01 de janeiro de 2013	(2.601)	-	(2.601)
Adições	(584)	-	(584)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(3.185)	-	(3.185)
Adições	(665)	-	(665)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(3.850)	-	(3.850)
Valor residual			
Saldo em 01 de janeiro de 2013	1.738	-	1.738
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.862	-	1.862
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.692	-	1.692
Consolidado			
Custo			
Saldos em 01 de janeiro de 2013	4.360	-	4.360
Adições	-	708	708
Transferências	708	(708)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.068	-	5.068
Adições	-	495	495
Transferências	495	(495)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.563	-	5.563
Vida útil (em anos)	5	-	-
Amortização			
Saldos em 01 de janeiro de 2013	(2.606)	-	(2.606)
Adições	(588)	-	(588)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(3.194)	-	(3.194)
Adições	(669)	-	(669)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(3.863)	-	(3.863)
Valor residual			
Saldo em 1 de janeiro de 2013	1.754	-	1.754
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.874	-	1.874
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.700	-	1.700

13. Fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Mercado interno	12.739	10.714
Mercado externo	647	623
(-) Ajuste valor presente (mercado interno/externo)	-	(25)
Total	13.386	11.312

14. Empréstimos e Financiamentos

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

No exercício de 2014 a Companhia efetuou capitalização de custos com empréstimos para aquisições de imobilizados, totalizando o montante de R\$ 768 (R\$ 1.113 em 2013).

	Controladora e Consolidado		
	Taxa de juros e comissões - %	31/12/2014	31/12/2013
Circulante:			
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a 10% a.a. + TJLP	4.939	4.952
Moeda estrangeira para capital de giro (ACE - Adiantamento de Contrato de Exportação)	Média de 1,68% a.a.	58.342	39.955
		63.281	44.907
Não circulante:			
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a 10% a.a. + TJLP	3.398	8.311
		3.398	8.311
Fluxo de pagamento do não circulante:			
2015		-	4.914
2016		3.031	3.030
2017		367	367
		3.398	8.311

A Companhia possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas não financeiras pelos quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2014.

15. Provisões e Encargos Sociais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Férias	5.247	4.125
Participação nos lucros e resultados (a)	5.924	6.111
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	307	292
Instituto nacional do seguro social - INSS	935	904
Salário educação	65	62
Previdência privada	385	369
Contribuição Sindical	4	4
Total	12.867	11.867

(a) A Companhia concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com a Companhia.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

16. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante:				
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	8.795	10.455	8.795	10.455
Contribuição social sobre				
lucro líquido - CSLL	1.689	2.377	1.690	2.379
Demais tributos				
Imposto sobre circularização de				
mercadorias e serviços - ICMS	1.542	1.880	1.542	1.880
Contribuição para financiamento da				
seguridade social - COFINS	392	1.416	392	1.416
Programa de integração social - PIS	85	307	85	307
Impostos de renda retido na fonte - IRRF	546	477	546	477
Contribuição financeira de compensação				
de recursos minerais	1.413	1.515	1.413	1.515
Outros	205	215	205	215
Total circulante	14.667	18.642	14.668	18.644

17. Provisão para Benefícios Futuros a Ex-Empregados

Política contábil**Custos de aposentadoria**

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

I) Benefícios futuros de saúde

A Companhia, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos são revisados em bases anuais.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Taxa anual de juro atuarial real	6,11%	6,32%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,00%
Taxa anual de inflação projetada	6,49%	5,80%
Tabua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

b) Passivo de plano de benefício futuro a ex-empregados

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	1.166	1.687
Não circulante	13.924	10.818
	15.090	12.505

c) Despesa líquida com benefício em 2014 (reconhecida no resultado)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos juros e serviços correntes	1.561	1.236
Benefícios pagos	(1.925)	(2.000)
Despesa líquida com benefício	(364)	(764)

d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2013		9.666
Custo dos juros e serviços corrente		1.236
Benefícios pagos		(2.000)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2013		8.902
Custo dos juros e serviços corrente		1.561
Benefícios pagos		(1.925)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2014		8.538

e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2014:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
01 de janeiro de 2014		12.505
Custo dos juros e serviços corrente		1.561
Subtotal incluído no resultado		1.561
Benefícios pagos		(1.925)
Ajustes de experiência		2.949
31 de dezembro de 2014		15.090

f) Análise de sensibilidade

Controladora e Consolidado	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento	Redução	Real	Aumento	Redução
		1%	1%		1%	1%
Impacto na obrigação com benefício líquida	15.090	13.852	16.558	15.090	16.532	13.876
Variação		(8,20%)	9,73%		9,56%	(8,04%)

A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações.

g) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Dentro dos próximos 12 meses	1.166	1.687
Entre 2 e 5 anos	4.986	3.645
Entre 5 e 10 anos	4.286	3.633
Após 10 anos	4.652	3.540
	15.090	12.505

II) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não há provisão registrada em dezembro de 2014.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Contribuições efetuadas no exercício findo em:	2.210	2.124

18. Patrimônio Líquido**Política contábil****Dividendos e juros sobre o capital próprio**

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia está totalmente integralizado, no valor de R\$ 65.100, representado por 34.847.445 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Composição acionária	31/12/2014		31/12/2013	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas jurídicas	2	34.847.445	2	34.847.445

b) Resultado por ação

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controlador	71.020	69.766
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias	34.847.445	34.847.445
Lucro básico e diluído por ação - R\$	2,04	2,00

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

c) Dividendos

Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Os dividendos pagos ou propostos durante o exercício foram os seguintes:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
AGE de 31/03/2014	30/04/2014	5.000	0,4531
AGE de 31/03/2014	30/05/2014	6.000	0,4531
AGE de 31/03/2014	30/06/2014	4.789	0,4531
AGE de 30/06/2014	31/07/2014	7.000	0,4774
AGE de 30/06/2014	29/08/2014	5.000	0,4774
AGE de 30/06/2014	30/09/2014	4.636	0,4774
AGE de 30/09/2014	15/10/2014	2.400	0,4086
AGE de 30/09/2014	31/10/2014	2.400	0,4086
AGE de 30/09/2014	14/11/2014	4.800	0,4086
AGE de 30/09/2014	15/12/2014	4.639	0,4086
AGE de 31/12/2014	30/01/2015	5.000	0,5460
AGE de 31/12/2014	27/02/2015	6.000	0,5460
AGE de 31/12/2014	30/03/2015	8.027	0,5460
Total		65.691	

d) Juros sobre o capital próprio

A Administração da Companhia poderá deliberar distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente.

Os juros sobre o capital próprio propostos ou pagos durante o exercício foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
AGE de 31/03/2014	30/04/2014	1.129	0,0324
AGE de 30/06/2014	31/07/2014	1.133	0,0325
AGE de 30/09/2014	31/10/2014	1.132	0,0325
AGE de 31/12/2014	30/01/2015	1.115	0,0320
Total		4.509	

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2014, representa:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Juros sobre capital próprio	947	776
Dividendos	19.027	7.959
	19.974	8.735

19. Imposto de Renda e Contribuição Social**Política contábil**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	108.641	106.365	108.671	106.401
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	(36.938)	(36.164)	(36.948)	(36.176)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva decorrentes de diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	32	39	-	-
Juros sobre o capital próprio	1.533	1.527	1.533	1.527
Doações e brindes	(1.408)	(486)	(1.408)	(486)
Outras (adições) exclusões sobre diferenças temporárias	(840)	(1.515)	(828)	(1.500)
Despesa do exercício	(37.621)	(36.599)	(37.651)	(36.635)
Taxa Efetiva	34,6%	34,4%	34,6%	34,4%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social corrente	(35.871)	(37.758)	(35.901)	(37.794)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.750)	1.159	(1.750)	1.159
	(37.621)	(36.599)	(37.651)	(36.635)

A Administração optou por não antecipar os efeitos do novo regime tributário em 2014 visto que entende que não há impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Benefícios futuros a ex-empregados	5.131	4.252	5.131	4.252
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.959	7.082	7.959	7.082
Provisão para perdas no recebimento de créditos	210	210	210	210
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.044	1.440	1.044	1.440
Mercadorias não embarcadas	-	2.271	-	2.271
Provisão remonte da mina	1.680	1.342	1.680	1.342
Provisão ajuste valor presente clientes/fornecedores	112	273	112	273
Provisão perdas ações Eletrobrás	307	273	307	273
Outras provisões	43	173	43	175
Total	16.486	17.316	16.486	17.318

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, será realizado conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	5.027
2015	1.681	1.549
2016	667	10.740
2017	667	-
2018	667	-
2019 a 2024	12.804	-
Total	16.486	17.316

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2014, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido da Companhia e a despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

20. Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Processos trabalhistas (i)	7.559	8.730
Processos cíveis	4.902	4.368
Processos tributários (ii)	16.658	13.440
Total	29.119	26.538

(i) Na área trabalhista os principais processos contemplam:

a) Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra (ii) adicional noturno, (iii) adicional de insalubridade e periculosidade (iv) verbas rescisórias entre outras.

(ii) Na área tributária os principais processos englobam:

a) Discussões referente à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

b) Discussões referentes a imposto de renda e contribuição social.

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado			Total
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	6.987	4.305	12.920	24.212
Adições	1.849	507	1.550	3.906
Reversões	(106)	-	-	(106)
Pagamentos	-	(444)	(1.030)	(1.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.730	4.368	13.440	26.538
Adições	682	524	1.697	2.903
Pagamentos	(322)	-	-	(322)
Transferências	(1.531)	10	1.521	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.559	4.902	16.658	29.119

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2014, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra a Companhia, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 584 (R\$ 261 em 31 de dezembro de 2013), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra a Companhia as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e os valores não são mensuráveis até a presente data:

- Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, bem como ação popular na Comarca de Poções com o mesmo objeto das ações civis públicas mencionadas.
- Ação civil pública consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no Estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.
- Ação de Improbidade Administrativa em que se discutia questões relacionadas à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.
- Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da Companhia.

A Companhia efetua depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

21. Receita Operacional Líquida**Política contábil****Receitas**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de vendas	478.377	456.755
Impostos incidentes sobre as vendas	(70.588)	(71.408)
Receita operacional líquida	407.789	385.347

22. Informações sobre a Natureza das Despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(206.966)	(188.242)	(206.966)	(188.242)
Despesas com vendas	(39.536)	(38.797)	(39.536)	(38.797)
Despesas gerais, administrativas	(49.931)	(42.268)	(50.025)	(42.310)
Remuneração da Administração	(1.843)	(2.240)	(1.843)	(2.240)
	(298.276)	(271.547)	(298.370)	(271.589)
Matéria-prima consumida	(30.817)	(27.225)	(30.817)	(27.225)
(-) Ajuste a valor presente	410	228	410	228
Despesas com pessoal e encargos	(61.217)	(56.957)	(61.217)	(56.957)
Materiais, energia elétrica e serviços	(43.453)	(40.358)	(43.453)	(40.358)
Despesas de vendas variáveis	(35.623)	(34.273)	(35.623)	(34.273)
Depreciação e amortização	(19.237)	(17.905)	(19.246)	(17.909)
Serviços de terceiros	(76.786)	(44.075)	(76.870)	(44.075)
Comissões sobre vendas	(1.888)	(1.473)	(1.888)	(1.473)
Contribuição para entidades de classe	(7.111)	(4.809)	(7.111)	(4.809)
Propaganda e publicidade	(2.270)	(1.990)	(2.270)	(1.990)
Impostos e taxas	(1.135)	(1.543)	(1.135)	(1.543)
Participação nos resultados	(6.297)	(6.672)	(6.297)	(6.672)
Gastos parada excepcional	-	(4.684)	-	(4.684)
Despesas com remonte da mina	-	(1.526)	-	(1.526)
Despesas eventuais - Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	-	(1.725)	-	(1.725)
Conservação e limpeza	(3.000)	(1.983)	(3.000)	(1.983)
Outras	(9.852)	(24.577)	(9.853)	(24.615)
	(298.276)	(271.547)	(298.370)	(271.589)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

23. Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Outras receitas operacionais:				
Receitas eventuais	103	355	103	355
Aluguéis	538	511	564	535
Vendas de bens do imobilizado	400	36	400	36
Outras vendas	164	131	164	131
	<u>1.205</u>	<u>1.033</u>	<u>1.231</u>	<u>1.057</u>
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	(125)	(2.326)	(125)	(2.327)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(1.423)	(1.725)	(1.423)	(1.725)
Impostos sobre outras vendas	(540)	(578)	(542)	(580)
Custo da baixa do imobilizado	(146)	(3)	(146)	(3)
Gastos parada excepcional (i)	-	(4.684)	-	(4.684)
Remonte da Mina	(992)	-	(992)	-
Outras perdas excepcional	(423)	-	(423)	-
Outras	(287)	(825)	(308)	(825)
	<u>(3.936)</u>	<u>(10.141)</u>	<u>(3.959)</u>	<u>(10.163)</u>
Total	<u>(2.731)</u>	<u>(9.108)</u>	<u>(2.728)</u>	<u>(9.106)</u>

(i) Este gasto refere-se à parada da produção ocorrida no mês de dezembro, motivada pelas férias coletivas concedidas aos empregados e manutenção da planta industrial.

24. Receitas (Despesas) Financeiras

Política

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesas financeiras:				
Varição cambial passiva	(26.715)	(22.486)	(26.715)	(22.486)
Descontos concedidos	(1.110)	(1.199)	(1.110)	(1.199)
Juros passivos	(1.473)	(2.782)	(1.473)	(2.782)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(311)	(119)	(311)	(119)
Despesas bancárias	(107)	(137)	(107)	(137)
Varição passiva outros	(2.869)	(2.513)	(2.869)	(2.513)
Outras	(434)	356	(435)	356
	<u>(33.019)</u>	<u>(28.880)</u>	<u>(33.020)</u>	<u>(28.880)</u>
Receitas financeiras:				
Varições cambiais ativas	26.855	23.810	26.855	23.810
Juros ativos recebidos	3.800	3.093	3.800	3.093
Juros sobre mútuo	3.124	2.183	3.124	2.183
Rendimentos aplicação financeiras - incluindo certificados de depósitos bancários	859	1.244	1.073	1.433
Varições monetárias ativas	52	6	52	6
Outras	95	104	96	104
	<u>34.785</u>	<u>30.440</u>	<u>35.000</u>	<u>30.629</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.766</u>	<u>1.560</u>	<u>1.980</u>	<u>1.749</u>

25. Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros contratados pela Companhia, em 31 de dezembro de 2014, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R\$ 130.000

b) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2014, conforme abaixo.

Saldos (Moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa USD (*)	Posição em 31/12/2014	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD				1,33	1,99	3,33	3,99
Cientes mercado externo	Varição do US\$	2,66	73.753	36.877	55.315	92.191	110.630
Fornecedores mercado externo	Varição do US\$	2,66	(647)	(324)	(485)	(809)	(971)
ACE	Varição do US\$	2,66	(58.342)	(29.171)	(43.757)	(72.928)	(87.513)
Total das exposições			<u>14.764</u>	<u>7.382</u>	<u>11.073</u>	<u>18.454</u>	<u>22.146</u>

(*) As taxas do dólar foram retiradas do site do Bacen no ultimo dia útil de 2014.

c) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Indexador	Posição em 31/12/2014	Controladora		Consolidado	
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras de curto prazo			5.228	8.457	6.503	10.910
Total da exposição à taxa de juros			<u>5.228</u>	<u>8.457</u>	<u>6.503</u>	<u>10.910</u>

A Administração da Companhia entende como baixo o risco de variações elevadas no CDI nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros:

Aplicações financeiras - Controladora	Indexador	Posição em 31/12/2014	Projeção receitas financeiras - Um Ano				
			Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	CDI	5.228	11,65%	5,83%	8,74%	14,56%	17,48%
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	5.228	5,837	4,923	4,771	5,989	6,142
Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2014	Projeção receitas financeiras - Um Ano				
			Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	CDI	6.503	11,65%	5,83%	8,74%	14,56%	17,48%
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	6.503	7,261	6,124	5,935	7,450	7,640

continua...

26. Instrumentos Financeiros

26.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, através de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas, entretanto, tal avaliação requer considerável julgamento e estimativas para identificar o valor de realização mais adequado. Como consequência as estimativas podem não indicar necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Mensurados ao valor justo				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.127	38	3.128	39
Aplicações financeiras	5.228	8.457	6.503	10.910
Contas a receber mercado externo	73.753	55.521	73.753	55.521
	<u>82.108</u>	<u>64.016</u>	<u>83.384</u>	<u>66.470</u>
Mensurados ao custo amortizado				
Passivos financeiros				
Fornecedores	13.706	11.312	13.706	11.312
Empréstimos e financiamentos	66.679	53.218	66.679	53.218
	<u>80.385</u>	<u>64.530</u>	<u>80.385</u>	<u>64.530</u>

b) Hierarquia do valor justo

A Companhia adotou a premissa de que caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber não possuem diferenças entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado"). A mensuração desses ativos financeiros são consideradas "Nível 1", no qual a mensuração é feita com cálculos baseados em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2014 não houve transferência entre avaliações de valor justo Nível I e Nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo Nível III e Nível II.

26.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. A Companhia possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

I. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso da Companhia: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento.

a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às suas atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Controladora e Consolidado		Cotação em 31/12/2014
	31/12/2014	31/12/2013	(US\$ 1,00 = R\$ 1,00)
Cientes no mercado externo	73.753	55.521	2,6556
Fornecedores no mercado externo	(647)	(623)	2,6556
ACE	(58.342)	(39.955)	2,6556
ACC	-	-	2,6556
Total da exposição cambial	<u>14.764</u>	<u>14.943</u>	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

d) Risco de crédito
Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Nenhum cliente da Companhia representa mais de 5% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2014 (e 5% em 31 de dezembro de 2013).

Depósitos à vista e aplicações financeiras

A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

f) Gestão do capital

Para o período findo em 31 de dezembro de 2014, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2013. O Grupo inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Alavancagem		Alavancagem	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos	66.679	53.218	66.679	53.218
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.127)	(38)	(3.128)	(39)
Dívida líquida	63.552	53.180	63.551	53.179
Patrimônio líquido	95.029	96.305	95.029	96.305
Dívida líquida e patrimônio líquido	31.477	43.125	31.478	43.126

27. Compromissos e Garantias

A Companhia não possui compromissos contratuais com fornecedores para os próximos anos, relacionados a administração, operação e manutenção de seus ativos. Os compromissos existentes seguem as práticas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía as seguintes garantias:

- Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R\$ 1.172, conforme mencionado na nota explicativa 11;
- Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R\$ 3.989, junto ao banco Safra, com vencimento para março de 2016;
- Garantia do pagamento de execução fiscal - DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R\$ 1.440, junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado.

28. Ambiente e Recursos Minerais

A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

Ambiente

A Companhia registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

Taxa de desconto	31/12/2014 e
	31/12/2013
	10,00% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5,00% a.a.

Valor presente dos desembolsos esperados

Ano	31/12/2014	31/12/2013
2032	4.028	3.655
2033	3.457	3.137
2034	1.791	1.625
2035 a 2039	1.442	1.309
Total	10.718	9.726

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2039.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 992 (R\$ 1.525 em 31 de dezembro de 2013), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

Diretoria	
Nelson Pazikas	Rubens Rela Filho
Ailton Rodrigues Alves	
Contador - CRC-GO 014951/O-8	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

SAMA S.A. Minerações Associadas

Minaçu - GO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SAMA S.A. Minerações Associadas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são

apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, SAMA S.A. Minerações Associadas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 31 de março de 2015.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Clinton L. Fernandes
Contador CRC-1SP205541/O-2
Gustavo de S. Lima
Contador CRC-1SP303352/O-0

Relatório da Diretoria de 2014

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Mineral Crisotila

Em 2014, a SAMA, vendeu 275,2 mil toneladas de mineral crisotila, uma redução de 6,69% em relação ao ano anterior. As vendas no mercado interno atingiram 150,7 mil toneladas, representando uma redução de 8,46% na comparação entre os anos de 2014 e 2013, exportações tiveram um volume de 124,5 mil toneladas, apresentando um recuo de 4,45% na comparação com o ano anterior em função da redução do mercado da Índia. No final de 2014, a SAMA possuía 15% do mercado mundial de minério crisotila.

As exportações são destinadas em sua maior parte aos seguintes países: Índia, Indonésia, Colômbia, México, Malásia, Tailândia, Equador, Bolívia, Zimbábue, Vietnã, Estados Unidos, Sri-Lanka, El Salvador, Filipinas, Peru e Canadá.

Na área de Recursos Humanos, deu-se continuidade ao programa de benefícios aos colaboradores da sociedade, concedendo a cesta básica, assistência médica, odontológica, incentivos permanentes à prevenção de acidentes e saúde ocupacional. Ocorrem, ainda com grande intensidade, atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal.

A transparência e equidade são dois dos principais alicerces de sustentabilidade dos negócios da SAMA. Nesse sentido, a Companhia mantém um programa Portas Abertas (que já recebeu mais de 15 mil visitantes em dez anos de existência), é signatária do Pacto Global da ONU, possui as certificações ISO 9001 de gestão de qualidade, ISO 14.001 de gestão ambiental e OHSAS 18.001 de gestão de saúde e segurança ocupacional, PSQ-USC - Programa Setorial de Qualidade do Uso seguro do Crisotila.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida

A SAMA registrou receita líquida de vendas de R\$ 407,7 milhões em 2014, um aumento de 5,82% em relação a 2013. No mercado interno, a receita líquida apresentou uma redução de 2,25% em relação a 2013 e totalizou R\$ 233,0 milhões. A redução da receita líquida no mercado interno é decorrente da diminuição das vendas. A receita líquida proveniente de exportações somou R\$ 174,7 milhões, um aumento de 18,92% em relação a 2013, este crescimento foi devido a valorização da moeda externa.

Lucro Líquido

A SAMA registrou um lucro líquido de R\$ 71.020 milhões em 2014, um aumento de 1,79% em relação a 2013, principalmente pelos fatores comentados acima.

Do lucro líquido do exercício, R\$ 820 mil foi destinado para Retenção de Lucros e R\$ 70,2 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

Investimentos

Os investimentos somaram R\$ 11,9 milhões em 2014, uma redução de 27,6% em relação ao ano anterior, investimentos estes realizados com recurso próprio, tendo sido priorizado os recursos para a manutenção da operação atual, antipoluição, higiene, segurança e meio ambiente e aumento da produtividade da planta industrial. Os principais investimentos foram para realocação da tubulação de água potável, equipamentos de mineração e controle de poluição.

O Resultado do exercício constante das Demonstrações Financeiras decorreu dos esforços contínuos de redução de custos, através de aperfeiçoamento dos métodos de gestão interna da sociedade e alinhamento das estratégias de preço e mix para atender os mercados interno e externo.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Prêmios

A Companhia conquistou diversos prêmios em 2014, estes confirmam a posição de destaque da mineradora no mercado nacional e internacional.

Confira abaixo a relação dos prêmios conquistados pela SAMA em 2014:

Instituto Great Place To Work

- As 100 Melhores Empresas para Trabalhar na América Latina 2014 - 6º Lugar

Categoria: As 25 melhores empresas, acima de 500 a 1.000 funcionários

Instituto Great Place To Work e Jornal O Popular

- Melhores Empresas para Trabalhar no Centro Oeste - 1º Lugar

Consultoria Great Place To Work e Revista Época

- Melhores Empresas para Trabalhar - 3º Lugar

Categoria: Médias Nacionais (de 100 a 999 funcionários)

Destaque: O Cuidar

Revista Você S/A

- As Melhores Empresas para Trabalhar - 1º Lugar

Categoria: Melhor empresa no setor indústrias diversas

Desenvolvimento

- Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH

- Prêmio Ser Humano Goiás 2014

1º Lugar Modalidade: Melhores Práticas em Sustentabilidade e Responsabilidade Social e Melhores Práticas em Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho com o Programa Equilibre-se.

2º Lugar Modalidade: Melhores Práticas em Desenvolvimento de Talentos com o Programa CaSa - Carreira SAMA.

Revista Gestão de RH

Apremição reconhece as boas práticas no desenvolvimento de ambientes de trabalho psicologicamente saudáveis, voltados para o equilíbrio dos colaboradores.

RHs Mais Admirados do Ano - 2014

O gerente de recursos humanos da SAMA, Moacyr de Melo Júnior, foi premiado por estar entre os RHs mais Admirados do Brasil em 2014.

Revista Minérios e Minerale

A participação da SAMA deve-se aos padrões em segurança na mineração de amianto crisotila.

Top of Mind de RH - 2014

- Melhor empresa de Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

13º Prêmio CREA Goiás de Meio Ambiente - 2014

O prêmio é resultado do projeto de "Recuperação Ambiental das Pilhas de Disposição de Estéril e Rejeito na Mina de Cana Brava".

Visitas

A SAMA possui o "Programa Portas Abertas" que visa atender às solicitações para conhecer de perto o processo produtivo da mineradora.

Em 2014 de julho a novembro a SAMA recebeu 1.187 pessoas que conheceram a extração e o beneficiamento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da SAMA em 2014, e confiamos no comprometimento e dedicação constante como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

Minaçu, 31 de março de 2015.

A Diretoria

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ATIVOS					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.127	38	3.128	39
Aplicações financeiras	5	5.228	8.457	6.503	10.910
Contas a receber	6	89.416	74.237	89.416	74.237
Estoques	7	56.721	35.601	56.721	35.601
Impostos a recuperar	8	826	836	885	885
Partes relacionadas	10.a	8.510	8.006	8.510	8.006
Outros ativos circulantes		1.066	1.175	1.068	1.178
Total do ativo circulante		164.894	128.350	166.231	130.856
Não circulante					
Depósitos judiciais		3.894	4.249	3.895	4.251
Impostos a recuperar	8	724	1.281	724	1.281
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b	16.486	17.316	16.486	17.318
Partes relacionadas	10.a	31.763	29.108	31.763	29.108
Investimentos	9	1.591	2.767	-	-
Imobilizado	11	59.292	66.717	59.306	66.739
Intangível	12	1.692	1.862	1.700	1.874
Outros ativos não circulantes		599	701	833	934
Total do ativo não circulante		116.041	124.001	114.707	121.505
TOTAL DO ATIVO		280.935	252.351	280.938	252.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$)						
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Estatutária	Legal	Retenção de lucros
Saldos em 01 de janeiro de 2013		65.100	343	13.020	6.510	10.742
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	69.766
Constituição de reservas		-	-	-	-	162
Ganho/(perda) na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	(162)
Destinação do lucro líquido:						
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,148 por ação em circulação		-	-	-	-	(4.492)
Dividendos - R\$ 1,81 por ação em circulação		-	-	-	-	(65.112)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		65.100	343	13.020	6.510	10.904
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	71.020
Constituição de reservas		-	(309)	-	-	914
Ganho/(perda) na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	(820)
Destinação do lucro líquido:						
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,1289 por ação em circulação	18.d	-	-	-	-	(4.509)
Dividendos - R\$ 2,0537 por ação em circulação	18.c	-	-	-	-	(65.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		65.100	34	13.020	6.510	11.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

A SAMA S.A. - Minerações Associadas ("Companhia"), incorporada no Brasil, na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, constituída em 10 de agosto de 1966, é uma companhia de capital fechado, sendo sua controladora a Eternit S.A., uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3.

A Companhia tem como objeto social a pesquisa e lavra de jazidas e minas, podendo, ainda, explorar outros produtos minerais, o gerenciamento e a disposição de resíduos de fibrocimento, podendo, igualmente, participar em outras sociedades.

A Companhia é controladora da empresa Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis"), localizada em Minaçu no Estado de Goiás, com participação e capital volante detidos de 99,94% e esta não possui atividade econômica.

A Companhia está capacitada com tecnologias que permitem a polivalência na extração e o beneficiamento do minério crisotila, o qual é comercializado para os mercados interno e externo.

Eventos Operacionais Relevantes

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contêm.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proíbem a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais Leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propôs a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurélio - votou pela inconstitucionalidade das leis -, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contêm amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pela Administração da Companhia em 31 de março de 2015.

2. Base para Preparação e Políticas Contábeis Significativas

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Resalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controlada, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.639/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Bases de consolidação e investimento em controlada

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício da empresa controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre a empresa controlada foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a controladora e a empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

2.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia em uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.5. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração da Companhia, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Outros passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

Em 31 de dezembro 2014, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

3. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incertezas nas Estimativas

Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

3.1. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.2. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração da Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

3.3. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Administração refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.4. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/201
--	------------------	------------	------------	------------	-----------

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

6. Contas a Receber

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber de clientes	16.612	20.163
Contas a receber de cliente exterior	73.753	55.521
	90.365	75.684
(-) Ajuste a valor presente	(330)	(828)
	90.035	74.856
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(619)	(619)
Total	89.416	74.237

As despesas com a provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber são contabilizadas no grupo de "despesas com vendas".

Composição do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	82.440	64.688
Valores vencidos:		
Até 30 dias	5.240	7.134
Entre 30 e 60 dias	1.078	1.187
Acima de 60 dias	658	1.228
	89.416	74.237

Movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(619)	(1.657)
Reversão	-	12
Baixa	-	1.026
Total	(619)	(619)

7. Estoques

Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Produtos acabados	41.181	20.341
Produtos semi-acabados	2.444	2.116
Materiais auxiliares	13.286	13.334
(-) Provisão para perdas (*)	(190)	(190)
Total	56.721	35.601

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existem garantias em aberto com partes relacionadas, e não existem provisões para redução de saldo de contas a receber de partes relacionadas.

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	Contas a receber		Mútuos		Outras contas a pagar	
	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13
Eternit S.A. (i), (iii) e (iv)	7.544	7.128	29	26	311	169
Precon (i) e (iv)	937	852	-	-	-	12
Prel (iv)	-	-	-	-	9	8
Total	8.481	7.980	29	26	320	189

- (i) Os saldos a receber referem-se a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila), sendo essas transações usuais e constantes no decorrer dos anos, motivo pelo qual os referidos saldos estão classificados em contas do ativo circulante.
- (ii) Os recursos concedidos para sua controladora Eternit S.A., classificados no ativo não circulante, referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem a variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses, sendo os recursos destinados para fazer face aos investimentos no ativo imobilizado de sua controladora.
- (iii) Dividendos e juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda retido na fonte a pagar para a controladora.
- (iv) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento pré-determinado.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Salários, honorários e benefícios	941	892
Participação nos lucros - PLRE	902	1.348
Total	1.843	2.240

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo concede bônus complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar será proporcional ao valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando do desligamento/aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

Esse plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações de acordo com o CPC 10 R1 - Pagamento baseado em ações; uma vez que, o executivo não recebe ações diretamente da Companhia; e sim, recebe o montante equivalente a 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

8. Impostos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	813	811	813	811
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	13	25	72	74
Total	826	836	885	885

Ativo não circulante:

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	724	1.281	724	1.281

9. Investimentos

A movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Em 01 de janeiro de 2013				
Equivalência patrimonial			2.654	113
Em 31 de dezembro de 2013			2.767	93
Equivalência patrimonial			93	
Recebimento dividendos exercícios anteriores			(1.269)	
Em 31 de dezembro de 2014			1.591	

Demonstramos abaixo os saldos da empresa controlada Engedis:

	2014	2013
Ativo	1.594	2.772
Passivo	2	3
Patrimônio líquido	1.592	2.769
Lucro líquido do exercício	93	113

10. Partes Relacionadas

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Vendas		Despesas		Outras receitas	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Precon	12.708	10.631	-	-	-	-
Eternit	78.335	70.264	-	-	-	-
Descontos concedidos - Eternit	30	-	-	-	-	-
Despesas administrativas - Prel	-	-	133	122	-	-
Juros sobre mútuo - Eternit	-	-	-	-	3.124	2.183
JCP - Eternit	-	-	4.509	4.492	-	-
As transações de vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes.						

b) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

11. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

	Controladora												
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Custo													
Saldo em 01/01/2013	560	14.236	38.523	24.610	123.698	16.281	4.278	6.580	2.415	5.779	13.387	1.355	251.702
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.801	15.801
Baixas	-	-	(398)	-	(52)	(55)	-	(470)	(81)	-	-	-	(1.056)
Transferências	-	-	2.516	2.960	5.432	461	259	842	256	-	-	(12.726)	-
Saldo em 31/12/2013	560	14.236	40.641	27.570	129.078	16.687	4.537	6.951	2.590	5.779	13.387	4.430	266.446
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.452	11.452
Baixas	-	-	(319)	(7)	-	-	(2.763)	(33)	(78)	-	-	-	(3.200)
Transferências	-	-	607	2.215	2.495	8.360	457	619	335	-	-	(15.088)	-
Saldo em 31/12/2014	560	14.843	42.537	30.058	137.438	17.144	1.774	7.537	2.847	5.779	13.387	794	274.698
Taxas médias de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação e exaustão													
Saldo em 01/01/2013	-	(10.840)	(34.658)	(15.034)	(103.677)	(6.031)	(3.856)	(3.659)	(2.003)	(825)	(2.879)	-	(183.462)
Adições	-	(64)	(1.340)	(4.028)	(4.969)	(4.877)	(185)	(493)	(174)	(495)	(696)	-	(17.321)
Baixas	-	-	398	-	52	54	-	469	81	-	-	-	1.056
Saldo em 31/12/2013	-	(10.904)	(35.600)	(19.062)	(108.594)	(10.854)	(4.041)	(3.683)	(2.096)	(1.320)	(3.575)	-	(199.729)
Adições	-	(83)	(1.644)	(4.491)	(5.765)	(4.742)	(181)	(546)	(193)	(231)	(696)	-	(18.572)
Baixas	-	-	159	7	-	2.617	33	78	-	-	-	-	2.894
Saldo em 31/12/2014	-	(10.987)	(37.084)	(23.546)	(114.359)	(15.596)	(4.196)	(2.211)	(1.551)	(4.271)	-	-	(215.460)
Valor residual													
Em 01/01/2013	560	3.396	3.865	9.576	20.021	10.250	422	2.921	412	4.953	10.508	1.355	68.239
Em 31/12/2013	560	3.332	5.041	8.508	20.484	5.833	496	3.268	494	4.459	9.812	4.430	66.717
Em 31/12/2014	560	3.856	5.453	6.512	23.079	1.548	169	3.341	636	4.228	9.116	794	59.292

	Consolidado												
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Custo													
Saldo em 01/01/2013	571	14.348	38.525	24.610	123.859	16.281	4.278	6.580	2.415	5.779	13.387	1.355	251.988
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.801	15.801
Baixas	-	-	(398)	-	(52)	(55)	-	(470)	(81)	-	-	-	(1.056)
Transferências	-	10	2.506	2.960	5.432	461	259	842	256	-	-	(12.726)	-
Saldo em 31/12/2013	571	14.358	40.633	27.570	129.239	16.687	4.537	6.952	2.590	5.779	13.387	4.430	266.735
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.452	11.452
Baixas	-	-	(310)	(7)	-	-	(2.763)	(33)	(78)	-	-	-	(3.202)
Transferências	-	-	607	2.215	2.495	8.360	457	619	335	-	-	(15.088)	-
Saldo em 31/12/2014	571	14.955	42.538	30.058	137.599	17.144	1.774	7.538	2.847	5.779	13.387	794	274.983
Taxa média de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação													
Saldo em 01/01/2013	-	(10.943)	(34.658)	(15.034)	(103.838)	(6.031)	(3.856)	(3.659)	(2.003)	(825)	(2.879)	-	(183.726)
Adições	-	(64)	(1.340)	(4.028)	(4.969)	(4.877)	(185)	(493)	(174)	(495)	(696)	-	(

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quanto de outra forma indicado)

em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	108.641	106.365	108.671	106.401
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	(36.938)	(36.164)	(36.948)	(36.176)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva decorrentes de diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	32	39	-	-
Juros sobre o capital próprio	1.533	1.527	1.533	1.527
Doações e brindes	(1.408)	(486)	(1.408)	(486)
Outras (adições) exclusões sobre diferenças temporárias	(840)	(1.515)	(828)	(1.500)
Despesa do exercício	(37.621)	(36.599)	(37.651)	(36.635)
Taxa Efetiva	34,6%	34,4%	34,6%	34,4%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social corrente	(35.871)	(37.758)	(35.901)	(37.794)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.750)	1.159	(1.750)	1.159
	(37.621)	(36.599)	(37.651)	(36.635)

A Administração optou por não antecipar os efeitos do novo regime tributário em 2014 visto que entende que não há impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Benefícios futuros a ex-empregados	5.131	4.252	5.131	4.252
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	7.959	7.082	7.959	7.082
Provisão para perdas no recebimento de créditos	210	210	210	210
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.044	1.440	1.044	1.440
Mercadorias não embarcadas	-	2.271	-	2.271
Provisão remonte da mina	1.680	1.342	1.680	1.342
Provisão ajuste valor presente clientes/fornecedores	112	273	112	273
Provisão perdas ações Eletrobrás	307	273	307	273
Outras provisões	43	173	43	173
Total	16.486	17.316	16.486	17.316

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, será realizado conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	5.027
2015	1.681	1.549
2017	667	10.740
2018	667	-
2019 a 2024	12.804	-
Total	16.486	17.316

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2014, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido da Companhia e a despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

20. Provisão para Riscos Tributários, Civis e Trabalhistas

A Companhia possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Processos trabalhistas (i)	7.559	8.730
Processos civis	4.902	4.368
Processos tributários (ii)	16.658	13.440
Total	29.119	26.538

(i) Na área trabalhista os principais processos contemplam:

a) Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra (ii) adicional noturno, (iii) adicional de insalubridade e periculosidade (iv) verbas rescisórias entre outras.

(ii) Na área tributária os principais processos englobam:

a) Discussões referente à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), b) Discussões referentes a imposto de renda e contribuição social.

As movimentações na provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Provisões trabalhistas	7.559	8.730
Provisões civis	4.902	4.368
Provisões tributários (ii)	16.658	13.440
Total	29.119	26.538

Saldo em 31 de dezembro de 2014

Em 31 de dezembro de 2014, existiam reclamações trabalhistas, processos civis, processos tributários, e administrativos contra a Companhia, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 584 (R\$ 261 em 31 de dezembro de 2013), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitam contra a Companhia as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e os valores não são mensuráveis até a presente data:

a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, bem como ação popular na Comarca de Poçoões com o mesmo objeto das ações civis públicas mencionadas.

b) Ação civil pública consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no Estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contêm mineral crisotila naqueles Estados.

c) Ação de Improbidade Administrativa em que se discute questões relacionadas à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.

d) Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da Companhia.

A Companhia efetua depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

21. Receita Operacional Líquida

Política contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

• A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;

• A Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;

• O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e

• Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Receita bruta de vendas

Impostos incidentes sobre as vendas

Receita operacional líquida

22. Informações sobre a Natureza das Despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(206.966)	(188.242)	(206.966)	(188.242)
Despesas com vendas	(39.536)	(38.797)	(39.536)	(38.797)
Despesas gerais, administrativas	(49.931)	(42.268)	(50.025)	(42.310)
Remuneração da Administração	(1.843)	(2.240)	(1.843)	(2.240)
	(298.276)	(271.547)	(298.370)	(271.589)
Matéria-prima consumida	(30.817)	(27.225)	(30.817)	(27.225)
(-) Ajuste a valor presente	410	228	410	228
Despesas com pessoal e encargos	(61.217)	(56.957)	(61.217)	(56.957)
Materiais, energia elétrica e serviços	(43.453)	(40.358)	(43.453)	(40.358)
Despesas de vendas variáveis	(35.623)	(34.273)	(35.623)	(34.273)
Depreciação e amortização	(19.237)	(17.905)	(19.246)	(17.909)
Serviços de terceiros	(76.786)	(44.075)	(76.870)	(44.075)
Comissões sobre vendas	(1.888)	(1.473)	(1.888)	(1.473)
Contribuição para entidades de classe	(7.111)	(4.809)	(7.111)	(4.809)
Propaganda e publicidade	(2.270)	(1.990)	(2.270)	(1.990)
Impostos e taxas	(1.135)	(1.543)	(1.135)	(1.543)
Participação nos resultados	(6.297)	(6.672)	(6.297)	(6.672)
Gastos parada excepcional	-	(4.684)	-	(4.684)
Despesas com remonte da mina	-	(1.526)	-	(1.526)
Despesas eventuais - Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	-	(1.725)	-	(1.725)
Conservação e limpeza	(3.000)	(1.983)	(3.000)	(1.983)
Outras	(9.852)	(24.577)	(9.852)	(24.615)
	(298.276)	(271.547)	(298.370)	(271.589)

23. Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Outras receitas operacionais:				
Receitas eventuais	103	355	103	355
Aluguéis	538	511	564	535
Vendas de bens do imobilizado	400	36	400	36
Outras vendas	164	131	164	131
	1.205	1.033	1.231	1.057
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários civis e trabalhistas	(125)	(2.326)	(125)	(2.327)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(1.423)	(1.725)	(1.423)	(1.725)
Impostos sobre outras vendas	(540)	(578)	(542)	(580)
Custo da baixa do imobilizado	(146)	(3)	(146)	(3)
Gastos parada excepcional (i)	-	(4.684)	-	(4.684)
Remonte da Mina	(992)	-	(992)	-
Outras perdas excepcional	(423)	-	(423)	-
Outras	(287)	(825)	(308)	(825)
	(3.936)	(10.141)	(3.959)	(10.163)
Total	(2.731)	(9.108)	(2.728)	(9.106)

(i) Este gasto refere-se à parada da produção ocorrida no mês de dezembro, motivada pelas férias coletivas concedidas aos empregados e manutenção da planta industrial.

24. Receitas (Despesas) Financeiras

Política

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesas financeiras:				
Variável cambial passiva	(26.715)	(22.486)	(26.715)	(22.486)
Descontos concedidos	(1.110)	(1.199)	(1.110)	(1.199)
Juros passivos	(1.473)	(2.782)	(1.473)	(2.782)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(311)	(119)	(311)	(119)
Despesas bancárias	(107)	(137)	(107)	(137)
Variável passiva outros	(2.869)	(2.513)	(2.869)	(2.513)
Outras	(434)	356	(435)	356
	(33.019)	(28.880)	(33.020)	(28.880)

(i) Este gasto refere-se à parada da produção ocorrida no mês de dezembro, motivada pelas férias coletivas concedidas aos empregados e manutenção da planta industrial.

24. Receitas (Despesas) Financeiras

Política

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesas financeiras:				
Variável cambial passiva	(26.715)	(22.486)	(26.715)	(22.486)
Descontos concedidos	(1.110)	(1.199)	(1.110)	(1.199)
Juros passivos	(1,473)	(2,782)	(1,473)	(2,782)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(311)	(119)	(311)	(119)
Despesas bancárias	(107)	(137)	(107)	(137)
Variável passiva outros	(2,869)	(2,513)	(2,869)	(2,513)
Outras	(434)	356	(435)	356
	(33,019)	(28,880)	(33,020)	(28,880)

(i) Este gasto refere-se à parada da produção ocorrida no mês de dezembro, motivada pelas férias coletivas concedidas aos empregados e manutenção da planta industrial.

24. Receitas (Despesas) Financeiras

Política

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesas financeiras:				
Variável cambial passiva	(26.715)	(22.486)	(26.715)	(22.486)
Descontos concedidos	(1.110)	(1.199)	(1.110)	(1.199)
Juros passivos	(1,473)	(2,782)	(1,473)	(2,782)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(311)	(119)	(311)	(119)
Despesas bancárias	(107)	(137)	(107)	(137)
Variável passiva outros	(2,869)	(2,513)	(2,869)	(2,513)
Outras	(434)	356	(435)	356
	(33,019)	(28,880)	(33,020)	(28,880)

(i) Este gasto refere-se à parada da produção ocorrida no mês de dezembro, motivada pelas férias coletivas concedidas aos empregados e manutenção da planta industrial.

24. Receitas (Despesas) Financeiras

Política

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014			